

Da Lei De Acesso À Informação Aos Dados Abertos: Desafios E Avanços Na Transparência Governamental

Josenete Cavalcante Costa¹, Lupuna Côrrea De Souza²,
Raphael Dos Santos Pará³, Zilmara Rocha Da Silva⁴,
Edmilson Gonçalves De Oliveira Neto⁵, Natacha Porto De Sousa⁶,
Sônia Janete Guerra Dos Santos Gomes⁷, Victoria Pinto Andrade⁸

¹(SEPLAN - SEDECTI, Brasil.)

²(SEPLAN - SEDECTI, Brasil.)

³(SEPLAN - SEDECTI, Brasil.)

⁴(SEPLAN - SEDECTI, Brasil.)

⁵(SEPLAN - SEDECTI, Brasil.)

⁶(SEPLAN - SEDECTI, Brasil.)

⁷(SEPLAN - SEDECTI, Brasil.)

⁸(SEPLAN - SEDECTI, Brasil.)

Abstract:

Background: A transparência governamental consiste nas etapas a serem traçadas para publicação de dados com informações ao cidadão de forma rápida e simples pelo Estado, garantindo o direito ao acesso à informação previsto pela Constituição de 1988. Com a implementação da Lei de Acesso à Informação – LAI houve maior regulamentação da transparência.

Materials and Methods: O estudo utilizou o método de técnica de pesquisa estatística descritiva quali-quantitativa, que se concentrou em 137 trabalhos analisados dentro do Google Acadêmico sobre Transparência, no âmbito do Brasil, sendo os materiais de análise deste estudo, as produções científicas de conclusão de cursos (TCCs), artigos, dissertações e teses de doutorados. Posteriormente, optou-se pela utilização da ferramenta de análise de material, e a plataforma Wallabag como padronização de organização para a leitura e catalogação.

Results: Destaca que dentre as sete classificações definidas para a análise dos 16 objetos, apenas 19% dos trabalhos direcionaram sua temática para Transparência para o desenvolvimento em Dados Abertos. Observou-se o cenário a partir da Lei de Acesso à Informação (LAI, No. 12.527/2011), onde os estudos que corroboram com a proporcionalidade de 19%, surgiram após seis anos, sendo o primeiro no ano de 2017 como trabalho de dissertação em que o autor, analisou 88 portais brasileiros que disponibilizam Dados Governamentais Abertos para promover transparência, crescimento econômico e melhoria de serviços.

Conclusion: Este estudo contribui para o avanço do conhecimento ao mapear a produção acadêmica existente e destacar onde há escassez de pesquisas. Ao identificar uma lacuna na pesquisa e na aplicação da LAI, este estudo pode estimular pesquisadores e profissionais de diversas áreas e órgãos governamentais, como é o caso, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Amazonas (SEDECTI), ao buscar desenvolver iniciativas de estudos que promovam uma maior transparência por meio de dados abertos.

Key Word: Governo Aberto; Transparência Governamental; Dados Abertos; Amazonas.

Date of Submission: 20-08-2024

Date of Acceptance: 30-08-2024

I. Introdução

O desenvolvimento e avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs permitiu avanços para promoção da transparência e comunicação entre governo e sociedade, tornando o processo mais simples, uma vez que permite acesso rápido e fácil aos dados governamentais. O conceito de governo aberto, nesse contexto, flui da convicção de repensar a administração pública, transformar a sociedade e contribuir para o desenvolvimento de governos mais transparentes e responsivos às necessidades dos cidadãos (YU; ROBINSON, 2012; CURTIN; HILLEBRANDT, 2012; CRUZ-RUBIO, 2015; MEIJER;).

De acordo com os princípios da transparência, participação e colaboração, o governo aberto tem se posicionado como um paradigma emergente que tenta responder ao esgotamento dos modelos tradicionais de administração pública, em um mundo no qual as tecnologias de informação e comunicação têm sido cada vez mais usadas (LATHROP; RUMA, 2010).

A ampliação do uso da internet e dos sistemas de informações deram início ao movimento que ficou conhecido como *Open Data Government* ou Dados Governamentais Abertos, em que os governos passaram a

publicar informações sobre as ações governamentais em seus websites, principalmente relatórios financeiros. Partindo de tais pressupostos, as políticas de governo aberto vêm ganhando popularidade e espaço na agenda pública, sendo expandidas e multiplicadas em todo o mundo a partir de iniciativas que facilitam o direito de acesso à informação e a abertura de dados públicos (EVANS; CAMPOS, 2013).

De acordo com Bradsma (2008), a transparência oferece o direito à informação e o governo deve garantir que a informação esteja disponível nos websites. Ribeiro (2019), aponta os benefícios oferecidos entre a relação governo e sociedade, o autor entende a transparência como a capacidade de divulgar as ações e compromissos do governo, tornando-os públicos. O autor realiza ressalvas quanto a importância da sociedade em realizar o monitoramento das iniciativas de governo e sua legitimidade, assim como, a contribuição da publicação dos dados para utilidade pública e reutilizáveis, reduzindo o problema da agência¹.

A partir da promulgação da Constituição de 1988, o Brasil tem construído avanços significativos no âmbito da transparência pública, sendo um marco, com a criação da Lei de Acesso à Informação (LAI, No. 12.527/2011), que entrou em vigor em 2012. Nesse sentido, o Governo do Amazonas vem construindo as normativas, para dispor de arcabouço legal robusto, como iniciativas, as Leis Estaduais N.º 5.775, de 10 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a criação do Programa de Transformação Digital dos Serviços Públicos e a Lei N.º 6.837, de 16 de abril de 2024, que institui a Política de Governo Digital do Estado do Amazonas, com o objetivo de promover a transformação digital, a eficiência na prestação de serviços públicos, a transparência e a participação cidadã.

Na tentativa de tornar os dados sobre a 'Balança Comercial do Estado do Amazonas' mais transparentes e acessíveis, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas (SEDECTI-AM) enfrentou dificuldades para disponibilizá-los em um formato que se alinhe ao conceito de dados abertos. Dessa forma, a SEDECTI-AM, tomou a iniciativa de realizar estudos sobre Dados Abertos relacionado com transparência, do qual surge o presente artigo. Dentre as várias maneiras de transparência governamental conceituada nas produções científicas, este estudo tem por objetivo identificar um cenário descritivo para o desenvolvimento de Dados Abertos nos objetos analisados, a partir da Lei de Acesso à Informação (LAI, No. 12.527/2011).

II. Metodologia

Este tópico se destina a apresentar como o estudo foi conduzido, permitindo que outros pesquisadores compreendam e possam replicar o estudo. Aqui estão os principais elementos que compõem essa seção.

Descrição do material

O trabalho utilizou um total de 137 estudos de produções científicas, pesquisados no Google Acadêmico, sobre Transparência no âmbito do Brasil. Foram definidos como material de análise desse estudo, as produções científicas de conclusão de cursos (TCCs), artigos, dissertações e teses de doutorados.

Posteriormente, optamos pela utilização da ferramenta de análise do material, a plataforma Wallabag, que foi utilizada como padronização de organização para a leitura e a classificação dos 137 trabalhos analisados. A Wallabag é uma plataforma de código aberto, projetada para salvar e gerenciar artigos da web para leitura posterior. Diferente de outras ferramentas de leitura offline, a Wallabag permite que os usuários armazenem o conteúdo completo dos artigos em seus próprios servidores, garantindo privacidade e controle total sobre seus dados. Após o armazenamento na plataforma, foi realizada uma análise do conteúdo com o objetivo de buscar temas relacionados com transparência, e foram considerados 16 estudos associados à temática.

Na sequência, foi utilizado o software Microsoft Excel versão 2407, que possibilitou a construção do conteúdo dos 16 objetos em uma planilha de dados e construções de representações gráficas, contendo os registros de 13 elementos de análise dos trabalhos, conforme pode ser visualizada na tabela 01.

Tabela 01. Elementos do conteúdo de análise do objeto.

Elementos de análise do objeto	Descrição do item
1. Autor	Nome dos autores da obra.
2. Instituição	Nome da instituição de onde partiu o trabalho.
3. Ano	Ano de publicação do trabalho.

¹ Segundo a Teoria da Agência, uma relação de agência é um contrato no qual uma ou mais pessoas recebem de outra um serviço. Essa relação envolve a delegação de autoridade para o agente tomar decisões (Jensen & Meckling, 1976).

4. Título	Nome do título do trabalho.
5. Objetivo	Descrição do objetivo do trabalho.
6. Conclusão	Resumo com considerações finais e objetivo do trabalho.
7. Link	Link para acesso aos trabalhos na web.
8. País/UF	Identificação da localização geográfico (Estadual/Municipal) de onde partiu o estudo.
9. Categoria	Construção de identificação quanto a classificação da pesquisa, se foi artigo, dissertação, tese, Trabalho de conclusão de curso, etc.
10. Conteúdo: Conceito de transparência	Identificação de conteúdo que pautou o conceito de transparência.
11. Conteúdo: Qual legislação mencionada?	Identificação da legislação mencionada como referência para a Lei de Acesso à Informação (LAI).
12. Conteúdo: Classificação para enfoque de alguma forma de transparência?	Identificação do conteúdo classificado com padrão das principais formas de transparência: ativa, orçamentária-financeira, dirigida, processo, dados abertos e passiva (ENAP, 2022, pg. 11).
13. Análise crítica: Pontos observados, fortes e fracos	Identificação dos pontos observados impactantes, fortes e fracos dos trabalhos com relação a transparência de dados abertos.

Fonte: Josenete C. Costa, et al (2024).

Métodos

Quanto ao desenho do estudo, Vergara (2000, pg. 46-47) propõe dois critérios básicos quanto aos tipos de pesquisa, sendo: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos meios de investigação, o trabalho abordou a pesquisa bibliográfica, que é o primeiro passo de todo trabalho científico, sobretudo pela exploração que é feita em textos. Lakatos e Marconi (2001, pg. 83) registram que a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, artigos, monografias, teses, material cartográfico etc., até os meios de comunicação oral e visual”.

Quanto ao tipo de pesquisa fim, os autores utilizaram o método da técnica de pesquisa estatística descritiva quali-quantitativa, que na visão de Lakatos e Marconi (2001, pg. 84), os fatos são observados, registrados e analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. A característica da pesquisa descritiva aborda a técnica padronizada da coleta de dados, realizada através de observações sistemáticas. Procura descobrir, com a maior precisão possível, a frequência de um fenômeno, observando sua ocorrência, sua natureza e característica. Neste trabalho, buscou-se quantificar o conteúdo dos objetos, a partir de padrão de classificação para enfoque das principais formas de transparência, utilizando a referência da (ENAP, 2022, pg. 11). Também foi observado e registrado o conceito de transparência de tal forma que pudesse colaborar para construção de estudos para o desenvolvimento de uma padronização para a disponibilização de dados, assim como a legislação empregada com base em referências nos trabalhos, e por fim, elementos descritivos com conteúdos para pontos de análise crítica classificados como fortes e fracos.

No total, foram identificados 137 trabalhos, dos quais 16 objetos foram considerados com a temática de transparência. Desses, 44% foram provenientes de artigos, 44% dissertações de mestrado, 6% TCC e outros 6% teses de doutorado. Na busca dos trabalhos científicos foi considerado como parâmetro o tempo em anos, no levantamento dos objetos e os resultados apresentam trabalhos de transparência publicados no período de 2013 a 2024, o que contribuiu para a construção do cenário Transparência para o desenvolvimento dos Dados Abertos, a partir da Lei de Acesso à Informação (LAI, No. 12.527/2011).

Para responder ao objetivo da investigação proposta, foram adotadas (07) sete classificações de transparência, sendo:

1. Transparência ativa: refere-se às ações do Estado para prover informações sem que haja um pedido por uma parte interessada.

2. Transparência passiva: refere-se às ações do Estado para prover informações quando demandado pela sociedade, ou seja, a obrigação dos governos de apresentarem as informações solicitadas por cidadãos e organizações.
3. Transparência ativa e passiva: engloba no estudo as duas classificações do item 1 e 2.
4. Transparência orçamentária-financeira: elemento fundamental para a credibilidade internacional do país, quando busca investimentos estrangeiros, além de ser fator crítico para a população acompanhar a execução de políticas.
5. Transparência dirigida ou direcionada: são as iniciativas de transparência ativa que visam alcançar um resultado específico e contribuir com uma política.
6. Transparência de processos: permite que a sociedade acompanhe o andamento de trâmites. É útil, quando a administração exige muito tempo para concluí-los, como nos casos dos processos judiciais.
7. Dados abertos: são uma forma de transparência ativa, na qual o Estado fornece dados, em formato digital aberto e livre; ou seja, que podem ser acessados por softwares não proprietários e usados sem barreiras jurídicas.

III. Resultados

Este tópico trata da qualificação do conteúdo (elementos 10, 11 e 12, descritos na tabela 01) dos 16 objetos para responder ao objetivo que se propõe neste estudo, com a finalidade de demonstrar um cenário descritivo dos trabalhos científicos pesquisados sobre Transparência para o desenvolvimento dos Dados Abertos nos objetos analisados, a partir da Lei de Acesso à Informação (LAI, N°. 12.527/2011).

Transparência

No que diz respeito ao conceito de transparência, percebe-se que sua interpretação varia conforme o propósito e o contexto em que é aplicada. Diversos autores contribuem para a fundamentação teórica, refletindo tanto na literatura quanto em seu uso cotidiano pela sociedade. Essa diversidade de perspectivas torna o significado da transparência naturalmente fluido, especialmente considerando que o conceito é utilizado em diferentes aspectos relacionados ao fluxo de informações.

Dos 16 trabalhos analisados, 13 apresentaram diversas referências a autores, resultando em 18 diferentes definições de transparência, dos quais destacamos as seguintes:

- Conceito pela ótica da Constituição Federal de 1988;
- O Tribunal de Contas da União – TCU (2018), com “transparência e accountability” que amplia o conhecimento sobre gestão pública;
- A Lei de Acesso à Informação (L.A.I. Art. 10/2011), com transparência passiva em que possibilita ao cidadão provocar o órgão público para a obtenção de informações, dispensando-se, para tanto, motivações;
- A Lei de Responsabilidade Fiscal, como norteadora do direito financeiro, de controle e fiscalização da gestão fiscal, etc.

Observou-se que dos 16 trabalhos, três (03) não trouxeram conceitos de autores que pautem a transparência. Casos como (CARVALHO, 2019), aborda sobre os avanços em termos legais, principalmente depois da promulgação da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), aponta que houve substanciais avanços na transparência do município de São José/SC devido às legislações aprovadas nos últimos anos e também em decorrência da cobrança exercida pelo Observatório Social de São José (OSSJ), mas sinaliza que o portal da transparência do município é limitado e de difícil acesso e compreensão dos dados; Outro ponto, foi o trabalho (CAMPAGNUCCI, 2023) que analisou a transparência e dados abertos em que a Prefeitura respondeu à pressão pública por mais transparência com uma iniciativa da SPTrans em conjunto com a recém-criada Controladoria Geral do Município – CGM-SP. No trabalho em que os autores (ANDRADE & MELO, 2024), avaliaram a transparência em municípios brasileiros, considerando-se 35 anos após a promulgação da Constituição de 1988 e uma década após a Lei de Acesso à Informação, verificou-se que a normatização promoveu um aumento no interesse acadêmico e na conformidade dos municípios, mas não assegurou uma transparência efetiva.

A ideia de buscar fazer uma análise de conteúdo para o conceito de transparência, foi tentar identificar algum aspecto relacionado com o conceito voltado para transparência de dados abertos e, concluiu-se que não foi encontrado nenhum conceito na literatura dos 16 trabalhos analisados.

Legislação

O intuito de buscar qual a legislação empregada nas produções científicas dos 16 trabalhos sobre transparência, foi identificar se os autores faziam alguma narrativa para a regulamentação da Lei de Acesso à Informação (LAI), a Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 pelo decreto nº 7.724 de 16 de maio de 2012, em que o poder público possa disponibilizar a informação em formato aberto e processáveis por máquinas. Neste ponto de partida, conjectura-se a hipótese de indicativos de estudos nos trabalhos científicos, pautados em transparência de Dados Abertos.

Dos 16 objetos analisados, percebe-se que 87,50% (14) utilizaram a LAI 12.527 (2011) como referência e 12,50% não citaram.

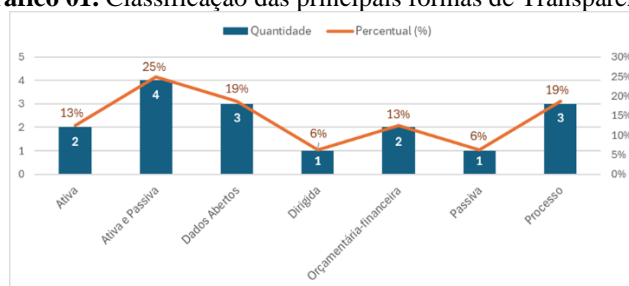
Observou-se que nenhum dos trabalhos citava o decreto nº 7.724 de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação (LAI), nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

Classificação

Este tópico responde ao objetivo proposto do estudo, em que foi definido um padrão de classificação para avaliar os conteúdos que estavam sendo abordados nos trabalhos de pesquisa.

Foram desenvolvidos os gráficos 01 e 02, que demonstram o cenário das produções científicas pesquisadas sobre Transparência para o desenvolvimento de Dados Abertos, a partir da Lei de Acesso à Informação (LAI, Nº. 12.527/2011).

Gráfico 01. Classificação das principais formas de Transparência.



Fonte: Elaborado por Josenete C. Costa, junho 2024.

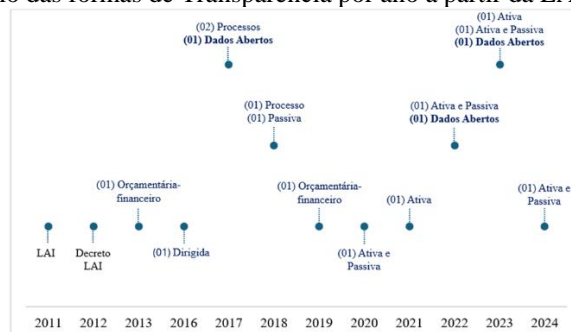
Nota: Classificação das principais formas de transparência, segundo ENAP: EV.G - Escola Virtual do Governo - Governo Aberto: Transparência e Dados Abertos.

O gráfico 01, representa o quantitativo e seus correspondentes percentuais dos padrões de classificação dos 16 trabalhos analisados, quanto às principais formas de transparência. Utilizando a referência da ENAP, a classificação de análise, resultou na maior proporcionalidade com 25% dos estudos com abordagem de transparência ativa e passiva, em que a transparência ativa, refere-se às ações do Estado para prover informações sem que haja um pedido por uma parte interessada e a transparência passiva, são ações do Estado para prover informações quando demandado pela sociedade.

Observou-se que apenas 19% das produções científicas analisadas, direcionaram sua temática de transparência para dados abertos, o que responde ao objetivo proposto do estudo. O entendimento de transparência para construção dos Dados Abertos, consistiu em identificar estudos no contexto em que os dados possam ser fornecidos em formato digital aberto e livre, ou seja, que podem ser acessados por softwares não proprietários e usados sem barreiras (ENAP). Os três trabalhos, que foram classificados de transparência para construção dos Dados Abertos, enfatizam dentro do contexto da tecnologia de informação e comunicação, e fizeram referência quanto aos conceitos e ideias por meio da LAI para promover a transparência por meio de Dados Abertos.

O gráfico 02, demonstra o cenário de transparência no período de 2013 a 2024 dos 16 objetos analisados. A ideia foi identificar em que momento, a partir da publicação da Lei de Acesso à Informação (LAI 12.527/2011), iniciaram estudos voltados para construção dos dados abertos. Observou-se que no período de 10 anos analisados, surgiram apenas 3 estudos voltados na temática direcionada a esse tema. O primeiro se deu no ano de 2017, o segundo em 2022 e o terceiro em 2023.

Gráfico 02. Cenário das formas de Transparência por ano a partir da LAI (Nº. 12.527/2011).



Fonte: Elaborado por Josenete C. Costa, junho 2024.

Nota: Classificação das principais formas de transparência, segundo ENAP: EV.G - Escola Virtual do Governo - Governo Aberto: Transparência e Dados Abertos.

Por meio de análise bibliográfica e a estatística descritiva quali-quantitativa, permitiu compreender o estado da arte das produções científicas sobre diversos assuntos que pautam "transparência", em que a maioria traz transparência e participação social no viés da Lei de Acesso a informações.

Os resultados demonstram que a grandeza dos estudos se concentra em 25% na transparência ativa e passiva. Além disso, embora tenha havido evolução na legislação para transparência, ainda prevalece um cenário que não assegura uma transparência efetiva.

IV. Discussão

A Análise crítica, buscou identificar os pontos de vista observados, assim como pontos fortes e fracos dos objetos analisados, conforme segue.

Pontos observados

No estudo de (Barni, 2017), que desenvolveu um construto para mensurar valor e visibilidade dos portais das instituições da administração pública brasileira que disponibilizam dados abertos, observou-se que após o lançamento do Portal de Dados Abertos do Governo Federal, algumas prefeituras e instituições governamentais também lançaram seus próprios portais de dados governamentais abertos, como a Câmara dos Deputados Federais, Senado Federal, Prefeitura de São Paulo, Prefeitura do Rio de Janeiro, Prefeitura de Belo Horizonte e Prefeitura de Recife.

Os trabalhos não abordam questões para mensurar o formato de disponibilização de dados, no grau de aderência que é exigido nas Leis, a disponibilização de informações nos websites das entidades.

Simplesmente dispor informação nos portais de transparência para cumprir a legislação, não implica qualidade da informação, requisito para dados abertos governamentais.

Pontos fortes

Aumento em sites com a publicação de dados governamentais abertos, dentro de uma estrutura para dados abertos.

Inserção da tecnologia da informação trouxe crescimento na procura por transparência passiva.

Políticas de transparência como ações do governo brasileiro para governo aberto e o portal de dados, são instrumentos para fortalecimento de realização da política nacional de dados abertos.

A Lei de Acesso a Informações LAI foi pioneira no mundo, ao incorporar os dados abertos no escopo da regulamentação do direito de acesso à informação.

Uso da LAI para conseguir resposta dentro do prazo determinado.

Processos bem definidos pautados em dados, reduzem as dificuldades do controle interno.

Nesse sentido, os dados apresentados na dissertação de (Barni, 2017), trouxeram um estudo de revisão sistemática da literatura e uma abordagem quantitativa aplicada em 88 portais que disponibilizam Dados Governamentais Abertos (DGA). Por meio dos repositórios das instituições ou por meio do portal da transparência das mesmas.

Pontos fracos

A maioria dos trabalhos, não aborda a questão de uma infraestrutura tecnológica de transparência de dados abertos governamentais.

Falta de consenso nas metodologias aplicadas para medir a transparência, resultando em uma diversidade de índices.

Demora na regulamentação quanto à transparência passiva, ou seja, a obrigação do Estado em responder às solicitações de informação pública feita por seus cidadãos.

Não existe uma norma específica, de abrangência nacional, que defina quais dados precisam estar à disposição do público.

Que todas as informações a respeito dos procedimentos de coleta de dados estejam disponíveis como prática de transparência ativa.

Falta de transparência nos dados, os quais dificultam a relação entre outras secretarias.

Não menciona sobre questões de legislação internacional sobre transparência.

V. Conclusão

O estudo teve por **objetivo** identificar nas produções científicas analisadas, um cenário descritivo sobre Transparência para o desenvolvimento de Dados Abertos, a partir da Lei de Acesso à Informação (LAI, No. 12.527/2011). A **importância reside** na análise crítica e sistemática dessas produções, com base na LAI e sua regulamentação, em que o poder público promova a disponibilização da informação em formato aberto e processáveis por máquinas, a partir de então, tomou-se como ponto de partida, conhecer a aderência dos melhores

achados na literatura para identificar temas que pautam a Transparência para o desenvolvimento de Dados Abertos.

Como síntese dos principais resultados e como eles respondem à questão da pesquisa, destaca-se que dentre as sete classificações definidas para os 16 trabalhos científicos, apenas 3, ou seja 19% direcionaram sua temática para Transparência pautada em Dados Abertos.

Nesse cenário, a partir da Lei de Acesso à Informação (LAI, No. 12.527/2011), os estudos que corroboraram para a transparência no que diz respeito a dados abertos, sendo o primeiro no ano de 2017 como trabalho de dissertação em que o autor, analisou 88 portais brasileiros que disponibilizam Dados Governamentais Abertos para promover transparência, crescimento econômico e melhoria de serviços (BARNI, 2017); o segundo em 2022, dissertação que buscou abordagem de como a governança e iniciativas para disseminar informação influenciam na política de transparência de dados (RIBEIRO, 2022); e o terceiro em 2023, tese de doutorado que realizou uma investigação da infraestrutura de dados digital do cartão de transporte da cidade de São Paulo (CAMPAGNUCCI, 2023).

As implicações teóricas e práticas dos achados deste estudo são significativas, especialmente considerando a baixa proporção de trabalhos que direcionam a temática para a Transparência pautada em Dados Abertos. A constatação de que apenas 19% das produções científicas analisadas abordam essa temática sugere uma lacuna na pesquisa acadêmica em relação ao papel que a construção dos dados abertos desempenha na governança pública e na aplicação da Lei de Acesso à Informação (LAI, No. 12.527/2011).

Teoricamente, os resultados destacam a necessidade de um maior aprofundamento no estudo da Transparência para o desenvolvimento de Dados Abertos, um campo ainda emergente, mas de extrema relevância. A observação de que as contribuições significativas surgiram apenas a partir de 2017 indica que o desenvolvimento teórico nesta área está em fase inicial. Isso abre espaço para o desenvolvimento de novas teorias e frameworks que possam melhor entender e explicar as dinâmicas entre a transparência, o acesso à informação e o impacto socioeconômico dos dados abertos.

Praticamente, os resultados evidenciam que a aplicação da LAI no contexto de dados abertos ainda enfrenta desafios consideráveis, tanto na implementação quanto na pesquisa. O baixo número de estudos também sugere que a Transparência para o desenvolvimento de Dados Abertos pode não estar sendo adequadamente monitorada ou promovida pelos órgãos governamentais. Isso aponta para a necessidade de políticas mais robustas que incentivem a transparência pública e a adoção de práticas de dados abertos.

Este estudo contribui para o avanço do conhecimento ao mapear a produção acadêmica existente e destacar onde há uma escassez de pesquisas, promovendo assim a conscientização sobre a importância da transparência para o desenvolvimento de dados abertos. Ao identificar trabalhos pioneiros e suas abordagens, o trabalho fornece uma base para futuras produções científicas que possam expandir e aprofundar o entendimento sobre como a transparência para dados abertos pode ser melhorada para promover a responsabilidade governamental, o crescimento econômico e a melhoria dos serviços públicos.

Tais achados podem influenciar a formulação de políticas públicas voltadas para a melhoria dos modelos tradicionais de administração pública, com os investimentos para o uso de tecnologia de informação e comunicação para a transparência e governança dos dados abertos. Ao identificar uma lacuna na pesquisa e na aplicação da LAI, este estudo pode estimular pesquisadores e profissionais de diversas áreas e órgãos governamentais, como é o caso, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Amazonas (SEDECTI), ao buscar desenvolver iniciativas de estudos que promovam uma maior transparência por meio de dados abertos. Futuras pesquisas poderiam se concentrar em avaliar o impacto de tais políticas de governo, explorar novas formas de implementação e desenvolver ferramentas que facilitem o acesso e o uso de dados abertos, contribuindo para uma sociedade mais informada e participativa.

Esse entendimento é relevante para avaliar, identificar lacunas e desafios na implementação da LAI, além de promover melhorias no acesso à informação governamental pautados em Dados Abertos.

Referências

- [1]. Andrade De Cerqueira Teles, J.; Melo De Carvalho, K. Panorama Da Produção Acadêmica Sobre Transparência Pública Municipal No Brasil: Uma Revisão De Escopo Dos Últimos 35 Anos. *Revista Da Agu*, [S. L.], V. 23, N. 01, 2024. Doi: 10.25109/2525-328x.V.23.N.01.2024.3377. Disponível Em: <https://Revistaagu.Agu.Gov.Br/Index.Php/Agu/Article/View/3377>. Acesso Em: 17 Jun. 2024.
- [2]. Baldissera, J. F., Fiirst, C., Dall'asta, D., Strassburg, U., *Transparência Governamental: Uma Análise Bibliométrica E Sociométrica De Periódicos Internacionais*. Rcmcc Uerj, Vol. 23, Nº 1, 2018. Disponível Em [Http://Www.Atena.Org.Br/Revista/Ojs-2.2.3-06/Index.Php/Uerj/Article/View/3188/2597](http://Www.Atena.Org.Br/Revista/Ojs-2.2.3-06/Index.Php/Uerj/Article/View/3188/2597). Acesso Em: 26 Jun. 2024.
- [3]. Barni, Gabriel De Andrade Conradi, *Valor E Visibilidade Em Dados Governamentais Abertos: O Cenário Brasileiro A Partir Do Desenvolvimento De Um Construto* / Gabriel De Andrade Conrado. – 2017, 122 P. Dissertação (Mestrado) – Universidade Do Estado De Santa Catarina, Centro De Ciências Da Administração E Socioeconômicas, Programa De Pós-Graduação Em Administração, Florianópolis, 2017. Disponível Em: <https://Sistemabu.Udesc.Br/Pergamumweb/Vinculos/00003d/00003d9f.Pdf> Acesso Em: 18 Jun. 2024.
- [4]. Bueno, André Sávio Craveiro. *Uso Da Web Na Ampliação Da Transparência Pública: Análise De Conselhos De Alimentação Escolar De Municípios Paulistas* / André Sávio Craveiro Bueno. – Marília, 2013. 117 F. ; 30 Cm. Disponível Em:

- https://www.marilia.unesp.br/home/pos-graduacao/cienciainformacao/dissertacoes/bueno_ac_me_mar.pdf Acesso Em: 28 Jun. 2024
- [5]. Campagnucci, Fernanda. Para Uma Economia Política Dos Dados: Uma Proposta De Governança Democrática De Dados A Partir Do Estudo Da Infraestrutura Digital Do Cartão De Transporte Da Cidade De São Paulo / Fernanda Campagnucci. - 2023. 213 F. Disponível Em: <https://repositorio.fgv.br/items/f6b9fe7b-7795-4bbf-bdb6-9c04ffbec000>. Acesso Em: 22 Jun. 2024.
- [6]. Carvalho, Talita. Transparência Da Administração Pública: Um Estudo Sobre O Município De São José / Talita Carvalho. -2019. 81 P. Disponível Em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/Id_Cpmenu/1339/Talita_De_Carvalho_1583512412306_1339.Pdf. Acesso Em: 19 Jun. 2024.
- [7]. Costa, Pedro Henrique De Carvalho, Políticas De Governo Aberto: A Experiência Da Prefeitura Municipal De São Paulo / Pedro Henrique De Carvalho Costa. – Franca: [S.N.], 2016. 117 F. Disponível Em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/820bb4ed-9d36-4ce7-bf5d-1735a7198afd/content>. Acesso Em: 19 Jun. 2024.
- [8]. Cosendey, F. C., A Qualidade Da Informação Nos Portais Da Transparência Das Prefeituras Municipais De Niterói E Do Rio De Janeiro. Uff, 2017. Disponível Em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/5344>. Acesso Em: 25 Jun. 2024.
- [9]. Domenech, A. M., A Transparência Pública Na Cidade De São Paulo. Puc/Sp: 2020. Disponível Em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/23877>. Acesso Em: 26 Jun. 2024.
- [10]. Enap, Ev.G - Escola Virtual Do Governo – Curso: Governo Aberto: Transparência Dados E Abertos, 2022. Disponível Em: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/500/>. Acesso Em: 24 Jun. 2024.
- [11]. Ferreira, G. ., & Raupp, F. M. . (2023). Proposições Para O Portal Da Transparência Do Poder Executivo Do Estado De Santa Catarina Com Foco Na Área Da Saúde. Revista De Gestão E Secretariado, 14(1), 277–305. <https://doi.org/10.7769/Gesec.V14i1.1513> Acesso Em: 26 Jun. 2024.
- [12]. Kelly Rosa Borges Vaz, K.; Martins, C.; Leonir Casagrande, J.; Vieira Soares, S. A Controverosa Transparência Dos Portais Eletrônicos Governamentais. Revista Estudos E Pesquisas Em Administração, [S. L.], V. 5, N. 1, 2021. Doi: 10.30781/Repad.V5i1.11646. Disponível Em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/Repad/article/view/11646> . Acesso Em: 29 Jun. 2024.
- [13]. Lakatos, Eva Maria; Marconi, Maria Andrade. Fundamentos De Metodologia Científica, 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- [14]. Oliveira, Diego Farias De., Proposta Para Implementação Da Controladoria Geral Do Município De Macció / Diego Farias De Oliveira. – 2017. 158 F. Disponível Em <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3151>. Acesso Em: 22 Jun. 2024.
- [15]. Pinho, M. D. C., Costa, G., Marioto, D. J. F., Santos, E. R. E F, G., Transparência E Governança Pública Nas Assembleias Legislativas: Uma Análise Dos Níveis De Transparência E Das Variáveis Socioeconômicas Estaduais. Revista Humanidade & Inovação (Rhi): 2023. Disponível Em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/9115> Acesso Em: 25 Jun. 2024.
- [16]. Ribeiro, M. J. G., A Implementação Da Política De Abertura De Dados No Brasil: Contributos Para Sua Compreensão, Universidade De Minho, 2022. Disponível Em: <https://dadosabertos.online/cloud/index.php/apps/files/files/7438?dir=/Dados%20abertos/Bolsistas/Josnete/Artigo%20arquivo%20f%C3%Adico> Acesso Em: 19 Jun. 2024.
- [17]. Saldanha, E. H. P., Transparência Na Gestão Pública E Acesso Cidadão: Uma Análise Do Portal Eletrônico Do Tribunal De Contas Do Estado Do Ceará – Tce-Ce. / Ernani Henrique Peixoto Saldanha. – Redenção, 2018. 32 F. Disponível Em: <https://www.repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/3180>. Acesso Em 27 Jun. 2024.
- [18]. Silva, A. P. M., Diniz, G. M E Mourão, A. M. S., Transparência Das Empresas Estatais Cearenses A Partir Dos Seus Portais Eletrônicos: Uma Avaliação Da Aderência Legal, Rrcf, Fortaleza, V.11, N. 1, Jan. /Jun. 2021. Disponível Em: <https://periodicos.uniateneu.edu.br/index.php/razao-contabeis-e-financas/article/view/308> Acesso Em: 23 Jun. 2024.
- [19]. Vergana, Sylvia Constant. Projetos E Relatórios De Pesquisa Em Administração. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.